

O desejo do analista no parlamento jovem de Minas Gerais



Frank Thiel, Stadt
12 59 Berlin, 2006

Paula de Paula[1]

Em tempos de descrença na democracia representativa como política capaz de promover justiça social, vimos acontecer ao longo dos anos uma forte evasão de alunos do Projeto Parlamento Jovem de Minas (PJ Minas) fruto da parceria da PUC Minas e Escola do Legislativo da Assembleia de Minas Gerais[2]. Assumindo a edição de 2015 do polo em BH, fui desafiada a pensar em como fazer para que os adolescentes voltassem a se interessar por um projeto que investe no formato da política parlamentar.[3]Contrariamente a reforçar o cacoete de uma política representativa, pensei em criar um lugar nas escolas onde pudéssemos escutar os jovens, fazendo valer uma política de base que radicalizasse a democracia direta.

Como o desejo do analista é o de colocar em ato o desejo de Freud (1932-1933), de estender/aplicar a psicanálise para além

das paredes do consultório particular, pensei em deixar de lado a defesa de um dos vários métodos de trabalhos com grupos (usados nos projetos sociais, tais como: pesquisa-ação, oficinas terapêuticas, dinâmicas de grupo, rodas de conversa e etc), para destacar o que de fato está em jogo quando objetivamos produzir um “saber novo”, próprio dos coletivos com os quais iríamos trabalhar.

Como toda produção teórica não se separa de sua articulação política e desejanste, evitei defender um tipo de método de trabalho com grupos, para destacar a importância da função ético-política de quem conduziria o trabalho com os jovens. Para isso recorri primeiramente a dois textos de Lacan. Em 1958 ele discorre no texto “A Direção do tratamento e os Princípios de seu Poder” sobre a função tática, estratégica e política do psicanalista, para mostrar que sua política é a de se colocar na posição de um objeto que cause o outro ao trabalho, se situando melhor “em sua falta-a-ser do que em seu ser”. Em “Psiquiatra inglesa e a guerra” de 1947, Lacan destaca o que aprendeu dos psiquiatras ingleses Bion e Rickmann com a técnica dos “grupos sem chefe/lider”. Ele observa que este modelo de trabalho com grupos possibilitou a constituição de um exército vencedor a partir do que Lacan nomeou como “um agregado de irredutíveis”.

Para explicar a posição do coordenador no PJBH usei do “Ato de Fundação da Escola Freudiana de Paris” de 1964, quando aparece a primeira proposta de trabalho com grupos, que estava na base do engajamento de sua Escola, nomeada por Lacan de cartel. Ele destaca também sobre a função do “mais um” que é a de dar uma direção ao trabalho no cartel. É logo perceptível que a figura que inspira a função do “mais um” é a de Sócrates, que através de seu método maiêutico, provoca seus discípulos a elaborarem um saber diante de uma questão colocada, a partir de onde ele esperava ensinar. Mas é importante lembrar o que Miller (1994) destacou a respeito do “mais-um”, pois ele não deve se esgotar encarnando a função do sujeito provocador, já que no fundo ele

não porta o saber que espera que os outros encontrem por meio do trabalho que propõe. Assim o efeito de sujeito dividido é inserido no cartel, ou seja, como não é o sujeito da consciência, isso faz com que o “mais-um” funcione como “menos-um” e ao invés de completar o grupo, se junta à ele exatamente para descompletá-lo (MILLER, 1994).



Picasso, Portrait of Arthur Rimbaud, 1960

A primeira coisa que mudamos no funcionamento do PJBH, para que o sujeito estivesse no comando do trabalho, foi a maneira como os grupos nas escolas eram formados, pois ela deixou de ser pela indicação dos professores que elegiam (a partir de sua avaliação) os melhores alunos. Em 2015 o convite foi estendido a todos os alunos do ensino médio que quisessem conhecer sobre o PJ e para isso participariam de uma oficina de jogos, de maneira a lhes dar oportunidade de se expressar ludicamente. Alain Badiou (1994) nos ensinou que a verdadeira política só existe quando a participação das pessoas é voluntária e desinteressada[4] de maneira que fizemos questão que tanto o aceite para a participação daquele dia, quando o desejo posterior de participar do PJ, se dessem por livre e espontânea vontade de cada um. O jovem que quis participar teve que escrever um parágrafo expressando seus motivos e seu interesse pelo tema que em 2015 foi “Segurança Pública e

Direitos Humanos”.

Para nosso propósito no PJBH o coordenador deveria assumir a função de “mais-um”, lançando sempre para o grupo um dos três subtemas referente ao tema central. Estivemos ocupados com a “prevenção social do crime” com a “proteção aos segmentos vulneráveis à violência” e “novas perspectivas para a atuação policial e em todos os encontros os jovens eram convidados a falar o que lhes viesse a cabeça sobre cada um desses subtemas.

Como o desejo de participar estaria posto em destaque desde o início, a elaboração coletiva de um saber sobre estes temas viria da experiência com o real da vida de cada um dos jovens nas suas comunidades. Zizek (2013) destacou que em todos os movimentos sociais onde há espontaneísmo, há também um verdadeiro encontro de pessoas e nos lembra que foi assim que aconteceu na primavera árabe e no “Ocupy All Street” no ano de 2011. Lá houve elaboração coletiva de pequenos textos que se tornaram pequenos *slogans*. Assim não me parece abusivo pensar que quanto mais cultivamos a lógica lacaniana posta na formação dos cartéis, mais a elaboração de saber se coletiviza e se legitima.

Esse trabalho foi realizado semanalmente nas escolas, preparando os jovens para participar das mesas de debates, dos Gt's com as escolas e para elaborarem propostas de maneira fundamentada. Ele provocou uma intervenção nos modos autoritários das escolas se relacionarem com os alunos, democratizando o uso de seus próprios espaços e lhes dando acesso a conversa com diretores e coordenadores. Pudemos fazer os jovens entenderem que o PJBH não era lugar para disputa entre as escolas e os municípios envolvidos, desmobilizando-os de rivalizarem-se. Assim deixaram de defender e votar apenas as propostas elaboradas em suas escolas, visando derrubar as outras, tomando a produção como coletiva. A partir daí, trabalharam para que as melhores propostas ficassem no documento base a ser entregue a Comissão de participação

popular da CMBH no final do ano.



Jared Madere, Untitled, 2015

Os professores de referência e a coordenação das escolas compreenderam que o PJBH não era um projeto de atividades externas (tipo excursão) mas prioritariamente um espaço de estudo, reflexão, sínteses e afetividade. Houve uma mudança de posição dos alunos frente ao desdém que demonstravam ter em relação às diferenças entre os princípios da política liberal com os de esquerda. No final do ano, um menino que havia nos dito que tanto fazia ser “direita” ou “esquerda”, porque ele queria mesmo era andar “pra frente” nos disse que só podia ser de esquerda, porque era pobre e tinha que contar com políticas públicas para ter o que os ricos tinham. Outro nos disse que a política de cotas para negros depunha contra a inteligência dos negros e no final disse no grupo de sua escola que não acreditava na meritocracia quando as pessoas não tinham a mesmas oportunidades para competir. Essas mudanças foram registradas em cada uma das escolas com a confecção de um painel que ficava em uma parede da escola e era alimentado com notícias e frases extraídas do trabalho nos grupos.

Outra mudança se deu após eleição dos representantes para a etapa estadual em setembro/2015, pois o grupo pensava que os encontros terminariam ali. Nós mostramos que a preparação do representante para a Etapa estadual devia ser feita juntamente com seus pares, desfazendo o costume da política convencional, que após eleição dos representantes, interrompem a relação dos

mesmos com suas bases. Para isso cada escola escolheu uma das propostas do documento base (que este coletivo de jovens aprovou em plenária) e se organizou para realizar uma pesquisa de campo, buscando avaliar como estava aquele ponto da política de segurança pública em seu território. O efeito disso nos alunos foi o de entender que mesmo após eleição de representantes não se pode desmobilizar, deixando em mãos dos eleitos a tarefa de fazer a política a partir de seus próprios interesses e por sua própria conta.

Outro ponto forte foi o encontro dos alunos do PJBH com os alunos da EE Protagonista Juvenil, que atende adolescentes que cumprem medida de internação no Estado. A Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) organizou conosco o encontro de alunos de duas escolas (uma feminina e outra masculina) abrindo espaço para a expressão de adolescentes que perderam a liberdade por terem cometido um ato infracional grave. Alguns alunos que eram a favor da diminuição da maioria penal, “porque achavam que adolescente de 16 anos já sabe o que é errado”, puderam mudar de opinião quando conheceram e escutaram algumas histórias de meninos e meninas que tinham a mesma idade que a deles, mas vidas muito diferentes.

O “Mais-um” enquanto função de *descompletude*, possibilitou mudanças de posição subjetiva no saber abrindo caminho para os jovens pensarem que sua participação na política independe de serem representantes de um coletivo e não se realiza apenas na ocasião das eleições. Funcionando como “Mais-um” pude testemunhar os efeitos internos do trabalho de elaboração de saber de modo singularizado, manejando o discurso da histórica que convém ao cartel como grupo, mas visando como analista a fala do “Um por Um”. Além disso pudemos testemunhar uma evasão 79% inferior àquela que vinha acontecendo e grande parte dela (quando procurada por nós) nos deu motivos bastantes compreensíveis, como ter ido trabalhar, mudança de escola e problemas na família.

Notas:

[1] Doutora em Psicologia Social na PUC-SP no núcleo de pesquisa Psicanálise e Sociedade. Prof. da faculdade de psicologia da PUCMG.

[2] O Projeto Parlamento Jovem de Minas (PJ Minas) tem sido há 10 anos um projeto de formação política, destinado aos estudantes do ensino médio, que valoriza a importância do poder Legislativo como amadurecimento de uma sociedade democrática. A formação política dos jovens que participam do PJ é de responsabilidade da parceria da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Pro-reitoria de extensão da PUC-Minas. O PJ se ancora no conceito de representação política, pois se divide em três etapas e em todas elas, representantes são escolhidos pelos pares nas escolas, para seguirem o processo em níveis mais aprofundados de participação. Todo o ano os jovens elegem na plenária estadual um tema a ser trabalhado no ano seguinte e em 2015 o tema escolhido foi "Segurança Pública e Direitos Humanos".

[3] A pesquisa do *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas* (IBASE) e a de Abramovay e Castro (ambas de 2006) já mostravam que apenas 3% dos jovens brasileiros se interessam pela política convencional, evoluindo-se com organizações partidárias. Žižek (2013) em artigo publicado na ocasião das manifestações que tomaram as ruas do Brasil, analisou os motivos da descrença em relação às instituições políticas tradicionais (como os partidos e as câmaras legislativas). O primeiro motivo é efeito direto da ruptura da continuidade das conquistas sociais atribuídas à partidos de esquerda no poder, após vitória da política neoliberal dos estados. O segundo adveio do conseqüente declínio (no mundo inteiro) dos partidos como forma clássica de organização política, já que com a internet os jovens se comunicam mais rapidamente dando condições de mobilizar pessoas, que de outra

forma estariam dispersas. O terceiro é paradoxal pois advém do sucesso da comunicação em rede na internet que, de tão rápido e fácil, acaba desencorajando o trabalho mais lento e mais difícil de criar movimentos políticos com estrutura e organização mais duradouras.

[4] É preciso entender o que Badiou nos diz com isso, pois afinal há sempre um interesse implicado quando aderimos voluntariamente a alguma atividade. É claro que muitas vezes nós desconhecemos parcialmente os motivos que nos movem a fazer as coisas, pois muitos deles são inconscientes. A política verdadeira é o encontro de pessoas que desejam fazer política ancoradas na busca pelo Bem-Estar de todos. Se exercendo a política nossas conquistas não puderem ser estendidas a todos, é porque esta não é a política verdadeira da qual fala Badiou.

Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Juventude juventudes: o que une e o que separa. Brasília: Unesco, 2006. Disponível em:

<<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000185.pdf>>
. Acesso em: 09 ago. 2013.

BADIOU, Alain. Para uma nova teoria do sujeito: conferências brasileiras. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

IBASE; PÓLIS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final. Rio de Janeiro: Ibase/Pólis, 2006. Disponível em:<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2372/11/Juv_Relatorio_Final_.pdf>. Acesso em: 01 set. 2013.

FREUD, Sigmund (1932-1933). Conferência XXXIV, Explicações, Aplicações e Orientações. In: ESBOPC. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.167-191.

LACAN, J. D`Écolage. Manual de Cartéis. Belo Horizonte: Ed. Scriptum, 2010.

_____ (1958) A direção do tratamento e os princípios do seu poder. In: Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p.591-652

_____ (1947). A psiquiatria inglesa e a guerra. In: Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p.106-126.

----- El Señor A. Disponível em: http://www.wapol.org/es/las_escuelas/TemplateArticulo.asp?intTipoPagina=4&intEdicion=1&intIdiomaPublicacion=1&intArticulo=160&intIdiomaArticulo=1&intPublicacion=10

MILLER, J.A. Lacan e a política. Opção Lacaniana nº40. Rio de Janeiro, 2004.

----- Cinco variações sobre o tema da elaboração provocada. In: JIMENEZ, Stella. (org.). O Cartel: conceito e funcionamento na escola de Lacan. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994, pp. 1-10.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. Acesso em 06/08/2013 <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/05/problemas-no-paraiso-artigo-de-slavoj-zizek-sobre-as-manifestacoes-que-tomaram-as-ruas-do-brasil/>